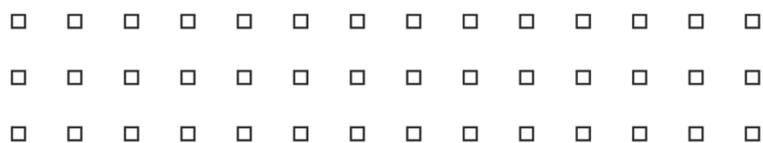


Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas

1T23



**Banco Pan S.A. e suas
controladas
Demonstrações contábeis intermediárias
consolidadas condensadas em
31 de março de 2023
e relatório de revisão**

Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pan S.A. e suas controladas

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado condensado do Banco Pan S.A. ("Companhia" ou "Instituição") e suas controladas, em 31 de março de 2023, e as respectivas demonstrações consolidadas condensadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ênfase

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na Nota 10, existem em 31 de março de 2023 créditos tributários registrados no ativo, no valor de R\$ 3,3 bilhões, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários. Essa projeção de realização dos créditos tributários foi revisada pela administração da Instituição com

Banco Pan S.A. e empresas controladas

base em estudo do cenário atual e futuro e aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2023, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção e custo de captação. A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como foram aprovados pelos órgãos da Administração. Nossa conclusão não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração condensada do valor adicionado

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas acima referidas incluem a demonstração consolidada condensada do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração consolidada condensada do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 4 de maio de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0



BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO CONDENSADO
EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/03/2023	31/12/2022
Disponibilidades		12.592	6.943
Ativos financeiros		50.709.539	49.679.564
Ao valor justo no resultado		3.913.498	3.654.325
Títulos e valores mobiliários	4	49.335	48.384
Derivativos	5.a	9.775	697
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7	3.854.388	3.605.244
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		264.891	302.350
Títulos e valores mobiliários	4	246.151	285.397
Instrumentos de patrimônio		18.740	16.953
Ao custo amortizado		46.531.150	45.722.889
Depósitos compulsórios no Banco Central		2.621.347	3.022.679
Títulos e valores mobiliários	4	9.688.716	8.816.055
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	6	463.479	279.448
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7	33.094.618	32.964.606
Outros ativos financeiros	9	662.990	640.101
Outros ativos		1.062.518	944.440
Ativos não correntes mantidos para venda		203.866	202.659
Impostos		3.776.248	4.007.326
A compensar		456.211	682.984
Diferido	10.a	3.320.037	3.324.342
Investimentos em coligadas		20.143	16.165
Imobilizado	11	123.625	136.728
Intangível e ágio	12	638.669	632.780
Ágio		460.105	472.002
Outros ativos intangíveis		178.564	160.778
Total do Ativo		56.547.200	55.626.605

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas.



BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO CONDENSADO
EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/03/2023	31/12/2022
Passivos financeiros		44.436.513	42.698.061
Ao custo amortizado		44.305.047	42.599.865
Depósitos de clientes	13	18.327.205	19.376.341
Depósitos de instituições financeiras	14	14.008.142	11.367.258
Recursos de emissão de títulos	15	10.788.565	10.618.218
Outros passivos financeiros		1.181.135	1.238.048
Ao valor justo no resultado	5.a	131.466	98.196
Derivativos		131.466	98.196
Provisões	16	337.561	344.282
Provisões para processos judiciais		337.561	344.282
Passivos fiscais	10.a	351.968	482.523
Correntes		158.341	249.294
Diferido		193.627	233.229
Outros passivos		4.207.406	4.977.646
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	17	7.211.569	7.122.225
Capital social:		5.928.320	5.928.320
De domiciliados no País		5.491.525	5.495.435
De domiciliados no Exterior		436.795	432.885
Reserva de capital		207.322	207.322
Reserva de lucros		1.314.291	1.225.419
Outros resultados abrangentes		(3.509)	(3.981)
(Ações em tesouraria)		(234.855)	(234.855)
Participação de acionistas não controladores		2.183	1.868
Total do Patrimônio Líquido		7.213.752	7.124.093
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		56.547.200	55.626.605

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas.



**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA CONDENSADA DO RESULTADO
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E DE 2022**

(Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	31/03/2023	31/03/2022
Receita líquida com juros	18	2.033.797	1.701.403
Receita com juros e similares		3.549.960	2.636.077
Despesas com juros e similares		(1.516.163)	(934.674)
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes	8.a	(173.155)	(228.094)
Perda esperada com demais ativos financeiros		106	308
Receita líquida de perdas esperadas de ativos financeiros		1.860.748	1.473.617
Ganhos/(perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		(175.938)	(18.938)
Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado		5	140
Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(978)	(1.219)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.c	(174.965)	(17.904)
Receitas de tarifas e comissões		249.772	196.379
Despesas administrativas		(974.117)	(852.738)
Despesas de pessoal	19	(212.700)	(218.345)
Outras despesas administrativas	20	(761.417)	(634.393)
Depreciação e amortização		(37.355)	(29.838)
Despesas tributárias		(125.723)	(81.894)
Provisões (líquidas)		(58.561)	(58.456)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(569.739)	(317.004)
Resultado de participações em coligadas e controladas		3.978	312
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda		912	3.787
Resultado antes dos impostos		173.977	315.182
Imposto de renda e contribuição social	10.b	(17.407)	(87.620)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(53.036)	(3.508)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		35.629	(84.112)
Lucro Líquido		156.570	227.562
Atribuível a:			
Acionistas Controladores		156.255	227.717
Acionistas não Controladores		315	(155)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação		1.274.149	1.213.496
Lucro líquido por ação - R\$		0,12	0,19

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas.



**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA CONDENSADA DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E DE 2022**

(Em milhares de reais)

	31/03/2023	31/03/2022
Lucro líquido	156.570	227.562
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração Consolidada do Resultado		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	718	1.059
Efeito tributário	(246)	(298)
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração Consolidada do Resultado		
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	10.881	-
Efeito tributário	(4.940)	-
Total de outros resultados abrangentes	6.413	761
TOTAL do resultado abrangente	162.983	228.323
Atribuível a:		
Acionistas controladores	162.668	228.478
Acionistas não controladores	315	(155)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas.



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA CONDENSADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total Patrimônio Líquido - Acionistas controladores	Total Patrimônio Líquido - Acionistas não controladores	Total
			Legal	Para integridade do patrimônio líquido						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	4.175.222	207.322	117.930	1.485.996	(12.839)	-	-	5.973.631	219	5.973.850
Aumento de capital (Nota 1.a)	1.753.098	-	-	-	-	-	-	1.753.098	-	1.753.098
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	761	-	-	761	-	761
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	227.717	227.717	(155)	227.562
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	761	-	227.717	228.478	(155)	1.981.421
Destinações										
Reserva legal (Nota 17.c)	-	-	9.775	-	-	-	(9.775)	-	-	-
Transferência de lucros acumulados para reserva de lucros (Nota 17.c)	-	-	-	141.468	-	-	(141.468)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio deliberado propostos	-	-	-	-	-	-	(76.474)	(76.474)	-	(76.474)
Diferença de <i>gaap</i> na aquisição de investimento	-	-	-	(725.141)	-	-	-	(725.141)	-	(725.141)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022	5.928.320	207.322	127.705	902.323	(12.078)	-	-	7.153.592	64	7.153.656
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	5.928.320	207.322	153.235	1.072.184	(3.981)	(234.855)	-	7.122.225	1.868	7.124.093
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	472	-	-	472	-	472
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	156.255	156.255	315	156.570
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	472	-	156.255	156.727	315	157.042
Destinações										
Reserva legal (Nota 17.c)	-	-	8.613	-	-	-	(8.613)	-	-	-
Transferência de lucros acumulados para reserva de lucros (Nota 17.c)	-	-	-	80.259	-	-	(80.259)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio deliberado propostos	-	-	-	-	-	-	(67.383)	(67.383)	-	(67.383)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023	5.928.320	207.322	161.848	1.152.443	(3.509)	(234.855)	-	7.211.569	2.183	7.213.752

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas.



**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA CONDENSADA DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E DE 2022**
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/03/2023	31/03/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
LUCRO LÍQUIDO		156.570	227.562
Ajustes ao lucro líquido:			
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(405)	(35)
Depreciações e Amortizações		37.355	29.838
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para venda		381	656
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda		(1.202)	(4.379)
Variação cambial de obrigações por empréstimos		(20.595)	(126.405)
Constituição de provisões cíveis, trabalhistas e tributárias	16	58.561	58.456
Impairment de ágio na aquisição de investimentos		11.897	6.264
Perda ao valor recuperável em ativos		97	-
Resultado de participações em coligadas e controladas		(3.978)	(312)
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes	8.a	173.155	228.094
Perda esperada em outros ativos		(106)	(308)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(35.629)	84.112
Lucro líquido ajustado		376.101	503.543
Varição de Ativos e Passivos:			
(Aumento) em ativos financeiros ao valor justo no resultado		(10.029)	(36.064)
(Aumento) em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(8.019)	(85.847)
Redução/(Aumento) em depósitos compulsórios		401.332	(349.358)
(Aumento) em empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras		(20.470)	(168.981)
(Aumento) em empréstimos e adiantamentos a clientes		(552.311)	(1.437.176)
(Aumento)/Redução em outros ativos financeiros		(275.649)	246.111
Redução em ativos fiscais		266.461	228.340
(Aumento)/Redução em outros ativos		(193.312)	399.436
(Redução)/Aumento em depósitos de clientes		(1.049.136)	938.937
Aumento em depósitos de instituições financeiras		2.640.884	827.986
Aumento em passivos financeiros ao valor justo no resultado		33.270	146.853
Aumento em outros passivos financeiros		343.873	244.612
(Redução) em provisões		(65.282)	(59.074)
(Redução) em passivos fiscais		(122.793)	(374.105)
(Redução) em outros passivos		(517.938)	(12.912)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(7.762)	(1.978)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(USADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.239.220	1.010.323
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
(Aumento) em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(1.787)	-
Redução em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		47.983	159.605
(Aumento) em ativos financeiros ao custo amortizado		(674.621)	(1.403.896)
Redução em ativos financeiros ao custo amortizado		54.720	101.201
Alienação de bens não de uso próprio		73.878	29.419
(Aquisição) de imobilizado	11.b	(684)	(41.991)
(Aquisição) de intangível	12.b	(40.375)	(15.947)
CAIXA LÍQUIDO (USADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(540.886)	(1.171.609)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Emissão de recursos de aceites e emissão de títulos		352.608	764.888
Resgate de recursos de aceites e emissão de títulos		(561.126)	(268.768)
Pagamento de arrendamento		(1.326)	(1.728)
Juros sobre o capital próprio pagos		(320.000)	(261.080)
Participação de acionistas não controladores		315	(155)
CAIXA LÍQUIDO (USADO)/PROVENIENTE NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(529.529)	233.157
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		168.805	71.871
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		9.601	9.704
EFEITO DAS MUDANÇAS DAS TAXAS DE CÂMBIO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		405	35
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO		178.811	81.610
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA			
Juros pagos		(1.234.378)	(531.869)
Juros recebidos		3.612.819	2.621.765
Transferência de ativos não de uso próprio		(213)	(446)
Ganhos/(perdas) não realizados em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		472	761

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas.



**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA CONDENSADA DO VALOR ADICIONADO
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E DE 2022**

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/03/2023	31/03/2022
RECEITAS		2.823.357	2.214.013
Juros e similares	18	3.549.960	2.636.077
Tarifas e comissões		249.772	196.379
Perda esperada com ativos financeiros		(173.049)	(227.786)
Outras receitas/(despesas)		(803.326)	(390.657)
DESPESAS COM JUROS E SIMILARES	18	(1.516.163)	(934.674)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(750.589)	(628.424)
Materiais, energia e outros	20	(875)	(725)
Serviços de terceiros	20	(196.362)	(168.830)
Outras		(553.352)	(458.869)
Comissões pagas a correspondentes bancários	20	(190.025)	(139.428)
Processamento de dados	20	(162.220)	(121.187)
Serviços do sistema financeiro	20	(78.107)	(77.982)
Propaganda, promoções e publicidade	20	(83.978)	(82.247)
Comunicações	20	(16.906)	(21.202)
Despesas com busca e apreensão de bens	20	(8.584)	(3.841)
Viagens	20	(1.797)	(887)
Manutenção e conservação de bens	20	(4.878)	(2.182)
Transportes	20	(1.250)	(1.858)
Taxas e emolumentos	20	(1.007)	(934)
Outras	20	(4.600)	(7.121)
VALOR ADICIONADO BRUTO		556.605	650.915
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(37.355)	(29.838)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		519.250	621.077
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		3.978	312
Resultado de participações em coligadas		3.978	312
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		523.228	621.389
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		523.228	621.389
Pessoal		184.158	186.836
Remuneração direta		141.396	145.726
Benefícios		30.037	28.546
FGTS		10.615	10.244
Outros		2.110	2.320
Impostos, taxas e contribuições		171.672	201.022
Federal		160.163	192.998
Estadual		21	162
Municipal		11.488	7.862
Remuneração de capitais de terceiros	20	10.828	5.969
Aluguéis		10.828	5.969
Remuneração de capitais próprios		156.570	227.562
Juros sobre o capital próprio		67.383	76.474
Lucros retidos atribuível aos acionistas controladores		88.872	151.243
(Prejuízos) retidos atribuível aos acionistas não controladores		315	(155)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas.

1) Contexto Operacional

O Banco PAN S.A. (“Banco”, “Banco PAN”, “Instituição” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. O Banco tem foco de atuação no varejo, com oferta de uma plataforma completa de crédito e serviços financeiros. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito consignado (empréstimo e cartão de crédito), financiamento de veículos (carros usados e motos novas), cartão de crédito, crédito pessoal, crédito pessoal com garantia do FGTS e veículo, limite emergencial (cheque especial), bem como venda de seguros, *marketplace* e subadquirência. Nos serviços, além de todo o transacional inerente a uma conta corrente, também oferece portabilidade de salário e recarga de celular. O Banco PAN possui carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário, aquisição de recebíveis imobiliários, e também administração de grupos de consórcios de veículos e imobiliário. Os benefícios dos serviços prestados entre o Banco PAN e suas empresas controladas e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa a captação de recursos no mercado, o Banco PAN também realiza cessões de créditos (sendo a maior parte com transferência substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras, sendo parte integrante do plano de negócios. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital. Os resultados estão refletidos nas demonstrações contábeis em receitas com juros e similares.

Atualmente o Banco PAN é controlado pelo Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”), com 72,08% do capital total.

Em 31/03/2023 o capital social do Banco PAN estava distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Composição Acionária (em milhares de ações)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A. (1)	657.561	100,00	283.980	43,77	941.541	72,08
Mercado (<i>free float</i>)	-	-	331.652	51,12	331.652	25,39
Subtotal	657.561	100,00	615.632	94,89	1.273.193	97,46
Ações em tesouraria (2)	-	-	33.140	5,11	33.140	2,54
Total emitido	657.561	100,00	648.772	100,00	1.306.333	100,00

(1) Participação direta e indireta através do Banco Sistema S.A. subsidiária do Banco BTG Pactual S.A.; e

(2) Ações de própria emissão adquiridas, com base na aprovação do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria ou posterior cancelamento (Nota 17.e).

a) Eventos societários

- Aquisição de participação societária na Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda.**

Em 13/09/2021, o Banco PAN assinou contrato para aquisição de 80% das quotas da Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda., a maior plataforma digital independente para comercialização de veículos do Brasil. O BACEN aprovou a aquisição em 10/12/2021, sendo que a conclusão dos procedimentos para formalização da aquisição ocorreu em 12/01/2022.

- Incorporação das ações da Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A.**

Em 03/10/2021, o Banco PAN S.A. (B3: BPAN4) assinou um Acordo de Associação e Outras Avenças (“Acordo de Associação”) para incorporação da totalidade das ações de emissão da Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A. (“Mosaico”) (B3: MOSI3), empresa nativa digital que reúne as marcas Zoom, Buscapé e Bondfaro, e que é

detentora da maior plataforma de conteúdo e originação de vendas para o e-commerce do Brasil (“Operação Mosaico”).

Em 11/03/2022, o Conselho de Administração do Banco PAN confirmou o cumprimento das condições suspensivas que condicionavam a eficácia da Operação Mosaico, conforme Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações celebrado entre o Banco PAN e Mosaico no dia 26/10/2021 e, portanto, consignou que as deliberações constantes da Assembleia Geral Extraordinária do Banco PAN realizada em 01/12/2021, inclusive a incorporação de ações passaram a ser válidas e eficazes, para todos os fins e efeitos de direito.

- **PAN Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos (atual denominação de “PAN Arrendamento Mercantil S.A.)**

Em reunião da Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 04/11/2022, foi aprovada a alteração do objeto social da PAN Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos (atual denominação de PAN Arrendamento Mercantil S.A.) de “Sociedade de Arrendamento Mercantil” para “Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimentos”, a qual foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 24/01/2023.

2) Apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas

2.1) Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas do Banco PAN foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A Demonstração Contábil é intermediária seguindo as regras do IAS 34 – Demonstrações Contábeis Intermediárias. Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às demonstrações financeiras do Banco PAN, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pelo Banco PAN em sua administração.

Estas Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas foram aprovadas pela Diretoria em 25/04/2023.

2.2) Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos contábeis em 31/03/2023

Alterações na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – Informações sobre políticas contábeis. Estabelece que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumariem os requerimentos das normas IFRS. Estas alterações serão efetivas para exercícios iniciados em 01/01/2023 e não há impactos com a aplicação desta regulamentação.

Alterações da IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros – Inclui a definição de estimativas contábeis: valores monetários sujeitos às incertezas em sua mensuração. São exemplos de estimativas contábeis a perda de crédito esperada e o valor justo de um ativo ou passivo. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 01/01/2023 e não há impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN.

Alterações da IAS 12 – Tributos sobre o lucro – Esclarece que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamento. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 01/01/2023 e não há impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Alterações na IFRS 16 – Arrendamentos – Estabelece alterações sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (*leaseback*), após a data inicial da transação. As transações de venda e *leaseback* em que alguns ou todos os pagamentos de arrendamento são pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa têm maior probabilidade de serem impactados. Essas alterações têm vigência a partir de 01/01/2024. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão mensurados até a data de entrada em vigor da norma.

Alterações na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – Segregação entre Passivo Circulante e Não Circulante. Em 10/2022 o IASB determinou que as entidades classifiquem dívidas como não circulantes apenas se puder evitar a sua liquidação nos 12 meses após a data de reporte. No entanto, as vezes essa liquidação pode estar condicionada ao cumprimento de cláusulas contratuais (*covenants*). Os *covenants* a serem cumpridos após a data de reporte não devem afetar a classificação como circulante ou não circulante, mas tal fato deve ser divulgado em nota explicativa para que os usuários entendam o risco de uma possível liquidação antecipada. Essa alteração tem vigência a partir de 01/01/2024. As análises referentes a eventuais mudanças em divulgação serão concluídas até a data de entrada em vigor da norma.

2.3) Uso de Estimativas Contábeis, Críticas e Julgamentos

As demonstrações contábeis são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos do Banco. As estimativas e premissas que impactam as informações contábeis são aplicadas de forma consistente. Eventuais mudanças na apuração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente. As estimativas e premissas utilizadas pelo Banco são as melhores estimativas disponíveis e estão de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas pelo Banco e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas que consideram os eventos futuros. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significantes estão descritas abaixo:

a) Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo no resultado incluem principalmente: (i) empréstimos e adiantamentos a clientes; (ii) instrumentos de dívida; e (iii) derivativos.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados com base no preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação realizada entre participantes independentes na data da mensuração, sem favorecimento. Há diferentes níveis de dados que devem ser usados para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros: os dados observáveis que refletem os preços cotados de ativos ou passivos idênticos nos mercados ativos (nível 1), os dados que são direta ou indiretamente observáveis como ativos ou passivos semelhantes (nível 2), ativos ou passivos idênticos em mercados sem liquidez e dados de mercado não observáveis que refletem as próprias premissas do Banco ao precificar um ativo ou passivo (nível 3). Maximiza-se o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo. Para chegar a uma estimativa de valor justo de um instrumento mensurado com base em mercados não observáveis, o Banco primeiramente determina o modelo apropriado a ser adotado e devido à falta de acompanhamento dos dados significativos, avalia todos os dados baseados nas experiências relevantes na derivação de dados de avaliação, inclusive, porém não se limitando a curvas de rentabilidade, taxas de juros, volatilidades, preços de participações no capital ou dívidas, taxas de câmbio e curvas de crédito. Além disso, a respeito dos produtos que não são negociados em bolsa, a decisão do Banco deve ser considerada para avaliar o nível apropriado de ajustes de avaliação para refletir a qualidade de crédito da contraparte, o próprio valor de crédito, limitações de liquidez e parâmetros não observáveis, quando relevantes. Embora se acredite que os métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles praticados no mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para apurar o valor justo de determinados instrumentos financeiros poderia resultar em uma estimativa diferente de valor justo na data de divulgação e/ou liquidação.

b) Perda esperada de ativos financeiros

Na data-base de divulgação das demonstrações contábeis, o Banco deve avaliar as perdas inerentes a ativos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A determinação da perda esperada com ativos financeiros ao custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, exige um alto nível de julgamentos que envolve critérios diversos de avaliação, tais como:

- Prazo para avaliação da perda esperada;
- Informações prospectivas;
- Cenários de perda ponderados pela probabilidade; e
- Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito.

Os títulos públicos de governos nacionais são considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, conforme estudo efetuado pelo Banco PAN.

As metodologias e as suposições usadas são revistas regularmente para reduzir qualquer diferença entre as estimativas e a efetiva perda esperada.

c) Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ativos não correntes mantidos para venda

Na data-base de divulgação das demonstrações contábeis, o Banco possuía como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável. O Banco mantém provisão para desvalorização de veículos e afins relativos a ativos não correntes mantidos para venda.

d) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Banco, é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações contábeis. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados;
- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

e) Provisões, contingências e outros compromissos

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos, decorrentes do curso normal de suas atividades e operações, propostos por empregados, terceiros e órgãos públicos, de naturezas trabalhistas, cíveis e

tributárias. Essas ações são conduzidas por advogados externos e geridas individualmente por meio de sistema informatizado.

As provisões e contingências são constituídas com base no risco de perda provável, utilizando metodologia estatística individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e valor da demanda. Para as demandas tributárias e estratégicas, o Banco constitui provisão com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer dos assessores legais, a evolução da jurisprudência e as experiências prévias sobre a matéria. As ações trabalhistas e cíveis massificadas consideram a avaliação de advogados externos especializados e são provisionadas de acordo com o índice histórico de perda de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos meses.

2.4) Base de Consolidação

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

	Participação total %	
	31/03/2023	31/12/2022
Controladas diretas:		
PAN Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos (1)	100,00	100,00
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização	100,00	100,00
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	100,00	100,00
Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A.	100,00	100,00
Controladas indiretas:		
Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda. (2)	80,00	80,00
G.W.H.C. Serviços Online Ltda. (3)	100,00	100,00

(1) Atual denominação da "PAN Arrendamento Mercantil S.A." (nota 1.a - Eventos Societários);

(2) Empresa controlada pela Brazilian Finance & Real Estate S.A. (nota 1.a - Eventos Societários); e

(3) Empresa controlada pela Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A..

Nas demonstrações contábeis foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, oriundos das transações entre o Banco e suas controladas, e seus respectivos resultados.

3) Principais Políticas Contábeis

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas foram elaboradas com base nas normas internacionais vigentes até 31/03/2023.

As políticas contábeis e os métodos de cálculo são os mesmos nas demonstrações contábeis intermediárias, quando comparados com a demonstração contábil anual mais recente.

4) Títulos e Valores Mobiliários

a) Composição:

A carteira de títulos e valores mobiliários, em 31/03/2023 e em 31/12/2022, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	31/03/2023	31/12/2022
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	49.335	48.384
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	47.107	46.371
Fundos	2.228	2.013
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	246.151	285.397
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	26.129	72.295
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	209.785	210.029
Certificado de Depósito Bancário – CDB	10.237	3.073
Ativos financeiros ao custo amortizado	9.688.716	8.816.055
Notas do Tesouro Nacional – NTN	9.688.666	8.816.005
Outros	50	50
Total	9.984.202	9.149.836

5) Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. A política de gestão de riscos do Banco PAN define que a utilização de instrumentos derivativos tem como objetivo proteger a exposição gerada pelas operações de crédito do Banco, captações e exposição cambial em operações *offshore*.

Os instrumentos derivativos são utilizados em duas estratégias: carteira de negociação (*trading*) e carteira de não negociação (*banking*). São classificados na carteira de negociação os derivativos destinados a estratégias direcionais, à realização de arbitragens ou *hedge* de outros elementos da carteira de negociação. São classificados na carteira de não negociação os derivativos utilizados como *hedge* de instrumentos classificados na carteira *banking*, incluindo aqueles utilizados como *hedge* contábil. Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, classificados como “ao valor justo no resultado”, são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. O valor de mercado dos instrumentos listados em bolsa corresponde à sua cotação no mercado ou à cotação de produtos semelhantes. Caso não haja cotação de mercado para determinado produto, seu valor de mercado será definido por fluxo de caixa descontado ou modelos de precificação. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* são apurados utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A.. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários. Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros obtidas na B3 S.A.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A.. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

a) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrados pelo seu valor de custo atualizado, marcação a mercado e saldo contábil aberto por prazos:

	Custo atualizado	Saldo Contábil	Circulante Até 30 dias	Não Circulante Acima de 360 dias	Total em 31/03/2023	Total em 31/12/2022
Posição Ativa	785.801	791.153	392.296	398.857	791.153	803.059
<i>Swap</i>	785.801	791.153	392.296	398.857	791.153	803.059
Posição Passiva	(896.390)	(920.435)	(453.990)	(466.445)	(920.435)	(891.412)
<i>Swap</i>	(896.390)	(920.435)	(453.990)	(466.445)	(920.435)	(891.412)
Contratos Futuros	7.591	7.591	7.591	-	7.591	(9.146)
Posição ativa	9.775	9.775	9.775	-	9.775	697
Posição passiva	(2.184)	(2.184)	(2.184)	-	(2.184)	(9.843)
Total	(102.998)	(121.691)	(54.103)	(67.588)	(121.691)	(97.499)

b) Hedge contábil – valor de mercado:

	31/03/2023	31/12/2022
Instrumentos Financeiros		
Posição Ativa	2.307.869	2.255.148
<i>Swap – Dólar (1)</i>	791.153	803.059
Futuros DII B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (2)	1.516.716	1.452.089
Posição Passiva	(26.879.675)	(24.817.697)
<i>Swap – CDI</i>	(920.435)	(891.412)
Futuros DII B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (3)	(25.959.240)	(23.926.285)
Objeto de Hedge		
Posição Ativa	25.718.105	21.500.881
Operações de Crédito (3)	25.718.105	21.500.881
Posição Passiva	(2.334.167)	(2.276.720)
Empréstimo no Exterior (1)	(771.938)	(779.785)
Certificados de depósitos a prazo (2)	(1.562.229)	(1.496.935)

(1) Utilizado como proteção da operação de captação no Exterior;

(2) Utilizado como proteção do risco pré-fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo (Nota 13); e

(3) Neste objeto de *hedge* inclui os créditos de varejo: Consignado, Veículos, Empréstimos FGTS e Cartão Consignado (Nota 7).

c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	31/03/2023			31/03/2022		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
<i>Swap – ganhos/perdas não realizadas</i>	78.506	(119.435)	(40.929)	-	(139.450)	(139.450)
Futuros - ganhos/perdas realizadas	812.514	(946.550)	(134.036)	908.786	(787.240)	121.546
Total	891.020	(1.065.985)	(174.965)	908.786	(926.690)	(17.904)

6) Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

a) Composição:

	31/03/2023	31/12/2022
Classificação:		
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	463.479	279.448
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	463.479	279.448
Tipo:		
Compra com compromissos de revenda	156.501	1.508
Depósitos interfinanceiros	306.200	277.251
Depósitos de poupança	778	689
Total	463.479	279.448

b) Prazo de vencimento:

	31/03/2023	31/12/2022
Até 30 dias	166.219	2.658
De 181 a 360 dias	-	-
Acima de 360 dias	297.260	276.790
Total	463.479	279.448

7) Empréstimos e adiantamentos a clientes

a) Composição:

	31/03/2023	31/12/2022
Empréstimos e adiantamentos a clientes - ao valor justo no resultado	3.854.388	3.605.244
Empréstimos e adiantamentos a clientes - ao custo amortizado	36.874.991	36.739.961
Provisão para perda de crédito esperada (Nota 8)	(3.780.373)	(3.775.355)
Empréstimos e adiantamentos a clientes líquidos	36.949.006	36.569.850

b) Abertura:

	31/03/2023	31/12/2022
Veículos (1)	17.199.821	16.257.541
Consignado (1)	10.024.114	10.157.072
Empréstimos FGTS (1)	2.140.780	2.958.860
Financiamento cartões de crédito (1)(2)	6.639.381	6.185.755
Títulos e créditos a receber (3)	1.982.052	2.250.365
Conta garantida	1.601.188	1.637.417
Empréstimo pessoal	329.142	414.407
Empréstimos imobiliários/habitacionais	227.827	236.333
Capital de giro	28.039	34.223
Limite emergencial	12.744	14.373
Outros	544.291	198.859
Total	40.729.379	40.345.205

(1) Carteira de crédito que existem contratos que são objeto de *hedge* contábil;

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard; e

(3) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e crédito a receber com características de concessão de crédito.

c) Prazo de vencimento:

	31/03/2023		31/12/2022	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 1 dia	2.924.591	7,18	2.962.623	7,34
A vencer				
A vencer até 3 meses	7.818.009	19,20	9.489.433	23,52
A vencer de 3 a 12 meses	9.865.477	24,22	9.844.920	24,40
A vencer acima de um ano (1)	20.121.302	49,40	18.048.229	44,74
Total	40.729.379	100,00	40.345.205	100,00

(1) Em 31/03/2023 o PAN possuía aproximadamente R\$ 2,5 bilhões em carteira a vencer com prazo superior a 5 (cinco) anos.

d) Operações de venda e transferência de ativos financeiros:

Nos períodos de 31/03/2023 e 31/03/2022, o Banco realizou cessões de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios a outras instituições financeiras. O lucro nas cessões de crédito é apresentado na nota explicativa de receitas com juros e similares.

	31/03/2023			31/03/2022		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Consignado/FGTS	4.477.443	3.638.874	838.569	2.232.406	1.773.941	458.465
Total	4.477.443	3.638.874	838.569	2.232.406	1.773.941	458.465

(1) Contabilizado em "Receitas com juros e similares – Lucro nas cessões de crédito" (Nota 18).

8) Perda de Crédito Esperada para as operações com Empréstimos e Adiantamentos a Clientes**a) Movimentação:**

	31/03/2023	31/03/2022
Saldo do início do período	3.775.355	3.362.858
Complemento de provisão	173.155	228.094
Write-off	(168.137)	(139.730)
Saldo do fim do período	3.780.373	3.451.222

No período findo em 31/03/2023, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas esperadas no montante de R\$ 20.201 (R\$ 17.604 em 31/03/2022).

9) Outros ativos financeiros

	31/03/2023	31/12/2022
Valores a receber por cessão de créditos	642.991	619.005
Recebíveis imobiliários	15.481	16.436
Benefício residual em operações securitizadas	4.513	4.561
Outros	5	99
Total	662.990	640.101

10) Crédito tributário e passivos fiscais**a) Composição de crédito tributário e passivos fiscais:**

	31/03/2023	31/12/2022
Ativo		
Sobre a baixa e transferência de ativos com retenção substancial de riscos e benefícios e sobre os efeitos da taxa efetiva de juros dos empréstimos e recebíveis	(244.827)	(249.000)
Sobre prejuízos fiscais	1.090.996	1.113.266
Sobre diferenças temporárias	2.473.868	2.460.076
Provisão para perda esperada	1.551.291	1.501.605
Provisão de ações cíveis	89.700	91.350
Provisão de ações trabalhistas	40.173	42.169
Provisão de ações tributárias	17.459	16.787
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	17.006	18.531
Ajuste ao valor de mercado	10.399	10.714
Outras	747.840	778.920
Total do Ativo	3.320.037	3.324.342

Provisão para impostos diferidos sobre superveniência de depreciação	186	247
Provisão para impostos diferidos sobre ajuste a mercado de derivativos	190.504	230.045
Provisão atualização Participação Invest CIP S.A.	2.937	2.937
Provisão para impostos e contribuições	158.341	249.294
Total do Passivo	351.968	482.523

b) Encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/03/2023	31/03/2022
Resultado antes da tributação	173.977	315.182
Encargos/crédito total do imposto de renda e contribuição social (1)	(78.290)	(141.391)
Outros valores (2) (3)	72.139	60.669
Diferença de alíquota entre as empresas	(11.256)	(6.898)
Imposto de renda e Contribuição social	(17.407)	(87.620)

- (1) Alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%; (ii) contribuição social sobre o lucro é calculada para o Banco à alíquota de 20%, para a Pan Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos (atual denominação da Pan Arrendamento Mercantil) alíquota de 15% e para as demais empresas alíquota de 9%;
- (2) Refere-se principalmente ao efeito do Incentivo Fiscal de Inovação Tecnológica previsto na Lei n. 11.196/05 e do reconhecimento de IRPJ e CSLL a recuperar sobre atualização monetária pela taxa SELIC de indêbitos tributários referente aos anos de 2016 a 2020 (Tema 962 do STF); e
- (3) A partir do 1º trimestre de 2022, as empresas Mobiauto e Mosaico passam a ter suas informações financeiras consolidadas nas demonstrações contábeis do Grupo PAN.

11) Imobilizado

a) Composição:

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/03/2023	31/12/2022
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	41.430	(9.621)	31.809	33.838
Sistemas de segurança e comunicações	10%	7.836	(4.201)	3.635	3.780
Sistemas de processamento de dados	20%	59.630	(34.493)	25.137	27.185
Máquinas de adquirência	33%	106.583	(43.539)	63.044	71.925
Total em 31/03/2023		215.479	(91.854)	123.625	-
Total em 31/12/2022		215.188	(78.460)	-	136.728

b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:

	Instalação, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Máquinas de adquirência	Total
Saldo em 31/12/2021	21.890	3.455	31.221	45.657	102.223
Incorporação de saldo (1)	1.566	170	2.617	-	4.353
Aquisições	7.261	205	1.230	33.295	41.991
Depreciação	(785)	(317)	(2.316)	(6.150)	(9.568)
Saldo em 31/03/2022	29.932	3.513	32.752	72.802	138.999

(1) Aquisição da empresa Mosaico (Nota 1.a).

	Instalação, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Máquinas de adquirência	Total
Saldo em 31/12/2022	33.838	3.780	27.185	71.925	136.728
Aquisições	19	269	396	-	684
Baixas	-	(4)	(93)	-	(97)
Depreciação	(2.048)	(410)	(2.351)	(8.881)	(13.690)
Saldo em 31/03/2023	31.809	3.635	25.137	63.044	123.625

12) Ativo intangível e ágio

a) Composição:

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/03/2023	31/12/2022
Softwares	20% a 60%	257.303	(148.079)	109.224	90.626
Licença de uso	20% a 60%	194.969	(151.201)	43.768	44.194
Marcas e patentes	5% a 50%	30.867	(5.295)	25.572	25.958
Carteira de clientes	10%	6.483	(811)	5.672	-
Softwares	20%	6.240	(1.560)	4.680	-
Ágio e marcas adquiridas (1)(3)	-	459.279	(9.526)	449.753	472.002
Total em 31/03/2023		955.141	(316.472)	638.669	-
Total em 31/12/2022		1.133.508	(500.728)	-	632.780

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

	Softwares	Licença de uso	Marcas e patentes	Ágio	Outros	Total
Saldo em 31/12/2021	27.310	35.433	-	53.741	24	116.508
Incorporação de saldo (1)	15.047	-	27.507	-	316	42.870
Adições	587	15.360	-	432.876	-	448.823
Amortização	(2.700)	(15.590)	(148)	(6.264)	(39)	(24.741)
Total em 31/03/2022	40.244	35.203	27.359	480.353	301	583.460

(1) Aquisição da empresa Mosaico (Nota 1.a).

	Softwares	Licença de uso	Marcas e patentes	Carteira de clientes	Softwares	Ágio e marcas adquiridas (1)(3)	Total
Saldo em 31/12/2022	90.626	44.194	25.958	-	-	472.002	632.780
Adições	23.201	17.174	-	-	-	-	40.375
Transferência (2)	-	-	-	6.483	6.240	(12.723)	-
Amortização	(4.603)	(17.600)	(386)	(811)	(1.560)	(9.526)	(34.486)
Total em 31/03/2023	109.224	43.768	25.572	5.672	4.680	449.753	638.669

(1) Trata-se da aquisição das empresas Mosaico e Mobiauto – Combinação de negócios;

(2) O saldo de 31/12/2022, anteriormente apresentado, foi ajustado após finalização do PPA da empresa Mobiauto. Dessa forma, o ágio preliminar foi realocado nos saldos iniciais da movimentação; e

(3) Inclui R\$ 100.486 de marcas que estão sendo amortizadas no prazo de 10 anos.

13) Depósitos de clientes

a) Classificação:

	31/03/2023	31/12/2022
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	18.327.205	19.376.341
Total	18.327.205	19.376.341

b) Composição:

	31/03/2023	31/12/2022
Tipos:		
Depósitos à vista	386.871	448.409
Depósitos a prazo (1)	17.940.334	18.927.932
Total	18.327.205	19.376.341

(1) Objeto de hedge contábil.

c) Prazo de vencimento:

	31/03/2023	31/12/2022
Sem vencimento	386.871	448.409
Até 30 dias	2.011.311	2.000.559
De 31 a 90 dias	3.373.185	1.983.888
De 91 a 180 dias	1.707.067	3.883.034
De 181 a 360 dias	3.577.840	3.247.763
Acima de 360 dias	7.270.931	7.812.688
Total	18.327.205	19.376.341

14) Depósitos de instituições financeiras**a) Composição:**

	31/03/2023	31/12/2022
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	14.008.142	11.367.258
Tipos:		
Venda com compromisso de recompra	5.753.165	5.884.794
Depósitos interfinanceiros	8.254.977	5.482.464
Total	14.008.142	11.367.258

b) Prazo de vencimento:

	31/03/2023	31/12/2022
Até 30 dias	6.306.453	6.438.460
De 31 a 90 dias	904.294	282.177
De 91 a 180 dias	16.081	614.030
De 181 a 360 dias	8.001	8.182
Acima de 360 dias	6.773.313	4.024.409
Total	14.008.142	11.367.258

15) Recursos de emissão de títulos**a) Composição:**

	31/03/2023	31/12/2022
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	10.788.565	10.618.218
Tipos:		
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	148.060	88.769
Letras Financeiras - LF	10.640.505	10.529.449
Total	10.788.565	10.618.218

b) Variações:

	31/03/2023	31/03/2022
Saldos do início do período	10.618.218	9.380.408
Juros	378.865	274.353
Emissões	352.608	764.888
Pagamento de Juros/Resgate	(561.126)	(268.768)
Saldo do fim do período	10.788.565	10.150.881

16) Provisões

Provisões:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para todos os processos cíveis e trabalhistas e para os processos de natureza fiscal classificados como perda provável com base no histórico de perdas, na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas, as quais decorrem, em geral, de pretensão enquadramento na categoria dos bancários, especialmente horas extras em razão do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

As ações trabalhistas são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e, embora contem com a condução e avaliação de advogados internos e externos especializados, são provisionadas de acordo com o histórico de perdas de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos 12 ou 24 meses, dependendo do tipo de autor, podendo sofrer atualização anual e corrigido a uma taxa de 1% ao mês, cujo acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar e ou de fazer, referente às ações indenizatórias, revisionais e tarifas.

As ações cíveis, geridas por meio de sistema informatizado, são divididas em dois grupos:

1) ações massificadas

Na metodologia utilizada para o cálculo da provisão cível nas ações massificadas é aplicado um modelo estatístico que calcula o ticket médio de perda de todas as ações encerradas nos últimos 12 meses por *cluster*, atualizado a cada 3 meses, cujo acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

2) ações cíveis estratégicas

A provisão das ações cíveis estratégicas é realizada de forma julgamental pelos especialistas internos, a partir de análise conjugada dos elementos do processo, opinião de escritório terceirizado, momento processual, entendimento dos tribunais sobre o tema, bem como impactos à imagem e às operações do Banco.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

Processos tributários

Tratam-se de ações passivas de cunho administrativo e judicial distribuídas pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal em face do Grupo PAN, objetivando a exigência de tributos de suas respectivas competências já constituídos, inscritos ou não em dívida ativa. Todas as discussões tributárias são conduzidas por escritórios especializados.

Os valores constituídos como provisão são decorrentes de tributos cuja matéria é amplamente estudada levando em consideração aspectos processuais, jurisprudenciais, doutrinários e que sejam, de acordo com opinião legal dos nossos assessores, classificados como perda provável.

I. Provisões segregadas por natureza:

	31/03/2023	31/12/2022
Processos cíveis	200.552	204.427
Processos trabalhistas	89.741	94.253
Processos tributários	47.268	45.602
Total	337.561	344.282

II. Movimentação das provisões:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2021	264.853	106.599	47.911	419.363
Incorporação de saldo	1.187	-	-	1.187
Constituição líquida de reversão	46.952	11.562	(58)	58.456
Atualização monetária	-	-	1.114	1.114
Baixas por pagamento	(52.918)	(8.410)	(47)	(61.375)
Saldo em 31/03/2022	260.074	109.751	48.920	418.745

(1) Aquisição da empresa Mosaico (Nota 1.a).

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2022	204.427	94.253	45.602	344.282
Constituição líquida de reversão	49.315	8.844	402	58.561
Atualização monetária	-	-	1.320	1.320
Baixas por pagamento	(53.190)	(13.356)	(56)	(66.602)
Saldo em 31/03/2023	200.552	89.741	47.268	337.561

III. Passivos contingentes classificados como perda possível:

As principais discussões relativas a ações fiscais e tributárias cuja probabilidade de perda está classificada como possível estão descritas a seguir:

IRPJ/CSLL – Ganho de capital oriundo da desmutualização da B3 (balcão), além da glosa de saldos de prejuízo fiscal e base negativa, referente aos anos calendários de 2008 e 2009. Em março de 2023, os débitos relacionados a esse processo totalizam aproximadamente R\$ 796 (R\$ 784 em 31/12/2022);

IRPJ/CSLL – Dedutibilidade de Perdas em Operações de Crédito e outras despesas operacionais, referente aos anos calendários de 2007 a 2017. Em março de 2023, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 990.418 (R\$ 969.867 em 31/12/2022);

IRPJ/CSLL – Dedutibilidade de despesas relacionadas ao recolhimento de tributos de PIS/COFINS, referente ao ano calendário de 2014. Em março de 2023, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 25.407 (R\$ 24.868 em 31/12/2022);

IRPJ/CSLL – Dedutibilidade dos ágios pagos na aquisição de participações societárias amortizados nos anos calendário 2014 a 2017. Em março de 2023, o valor relacionado a esses processos totaliza aproximadamente R\$ 25.896 (R\$ 25.095 em 31/12/2022);

PIS/COFINS – Dedutibilidade de despesas de swap da base de cálculo, referente ao ano calendário de 2010. Em março de 2023, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 5.154 (R\$ 5.068 em 31/12/2022);

PIS/COFINS – Dedutibilidade de despesas de comissões pagos aos correspondentes bancários e de perdas em venda ou transferência de ativos financeiros, referente ao ano calendário de 2017. Em março de 2023, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 245.952 (R\$ 239.871 em 31/12/2022);

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) e Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT) – Incidência de contribuição previdenciária sobre PLR e PAT, dos anos calendários de 2012, 2013, 2016 e 2017. Em março de 2023, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 138.845 (R\$ 135.691 em 31/12/2022);

IRRF – Ganho de capital oriundo da aquisição da participação societária no exterior, referente ao ano calendário de 2012. Em março de 2023, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 87.411 (R\$ 85.746 em 31/12/2022); e

Compensações não homologadas - Indeferimento de pedidos de compensações de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, decorrentes de pagamentos a maior ou indevidos. Em março de 2023, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 261.377 (R\$ 254.790 em 31/12/2022).

17) Patrimônio líquido

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O BACEN homologou em 09/03/2022 a incorporação das ações de emissão da Mosaico e o aumento de capital decorrente da incorporação das ações de emissão da Mosaico, deliberações estas tomadas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 01/12/2021.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 5.928.320 em 31/03/2023 e em 31/12/2022.

Abaixo demonstramos as ações nominativas escriturais (em milhares de ações) e sem valor nominal.

	31/03/2023	31/12/2022
Ordinárias	657.561	657.561
Preferenciais	648.772	648.772
Subtotal	1.306.333	1.306.333
Em tesouraria (preferenciais) (1)	(33.140)	(33.153)
Total	1.273.193	1.273.180

(1) Ações de própria emissão adquiridas, com base na aprovação do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria ou posterior cancelamento (Nota 17.e).

b) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do Banco PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social do Banco. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Instituição, podendo ser

convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, essa reserva poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurado anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Instituição.

c) Juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre o lucro societário, conforme demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Lei 4.595/64 e Lei 6.404/76), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A seguir demonstra-se o cálculo de juros sobre o capital próprio:

	31/03/2023	% (1)	31/03/2022	% (1)
Lucro líquido	172.258		195.496	
(-) Reserva Legal	(8.613)		(9.775)	
Base de cálculo	163.645		185.721	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados/pagos	67.383		76.474	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(10.107)		(11.471)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados/pagos	57.276	35%	65.003	35%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

d) Lucro por ação:

	31/03/2023	31/03/2022
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	156.255	227.717
Lucro Líquido atribuível aos acionistas ordinários da Instituição (R\$ mil)	80.640	123.632
Lucro Líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Instituição (R\$ mil)	75.615	104.085
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	657.561	657.561
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	616.589	553.600
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Instituição	0,12	0,19
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Instituição	0,12	0,19

e) Ações em tesouraria:

Em reunião realizada em 09/05/2022 o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a abertura do Programa de Recompra de Ações, sendo autorizada a aquisição de até 40.000.000 (quarenta milhões) de ações preferenciais de emissão própria, nominativas, escriturais e sem valor nominal (BPAN4), para manutenção em tesouraria ou promover o seu cancelamento (Programa de Recompra de Ações). O Programa de Recompra de Ações terá um prazo de até 18 (dezoito) meses, contados a partir de 09/05/2022.

Em reunião realizada em 29/11/2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o cancelamento das ações preferenciais já mantidas na tesouraria da Companhia, sem redução do capital social, as quais foram objeto de aquisições realizadas no âmbito do Programa de Recompra de Ações, deliberação essa que refletirá na alteração da composição acionária, após a ratificação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 28/04/2023, a qual passará a ser disposta da seguinte forma: capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 5.928.320.482,90, representado por 1.273.199.269 ações, sendo 657.560.635 ações ordinárias e 615.638.634 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31/03/2023 o saldo de ações em tesouraria totalizava o montante de R\$ 234.855, sendo composto por 33.140 ações preferenciais.

18) Receita líquida com juros

	31/03/2023	31/03/2022
Receitas com juros e similares		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.271.688	1.816.900
Lucro nas cessões de crédito (nota 7.d)	838.569	458.465
Aplicações em títulos de renda fixa	318.089	243.218
Depósitos compulsórios no Banco Central	85.545	73.837
Prêmio de performance das cessões	23.988	40.116
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	12.282	3.362
Operações de câmbio	396	29
Outras	(597)	150
Total de receitas com juros	3.549.960	2.636.077
Despesas com juros e similares		
Obrigações por empréstimos	7.847	107.810
Depósitos de clientes	(647.676)	(620.808)
Recurso de emissão de títulos	(379.227)	(274.475)
Depósitos de instituições financeiras	(485.556)	(130.212)
Créditos cedidos com retenção de riscos e benefícios	(5.221)	(9.287)
Outras	(6.330)	(7.702)
Total de despesas com juros	(1.516.163)	(934.674)
Total	2.033.797	1.701.403

19) Despesas de pessoal

	31/03/2023	31/03/2022
Proventos	132.416	137.876
Encargos sociais	39.157	41.753
Benefícios	30.037	28.546
Honorários	8.980	7.850
Outros	2.110	2.320
Total	212.700	218.345

20) Outras despesas administrativas

	31/03/2023	31/03/2022
Comissões pagas a correspondentes bancários	190.025	139.428
Serviços de terceiros	196.362	168.830
Processamento de dados	162.220	121.187
Propaganda, promoções e publicidade	83.978	82.247
Serviços do sistema financeiro	78.107	77.982
Aluguéis	10.828	5.969
Comunicações	16.906	21.202
Despesas com busca e apreensão de bens	8.584	3.841
Manutenção e conservação de bens	4.878	2.182
Transportes	1.250	1.858
Taxas e emolumentos	1.007	934
Água, energia e gás	443	345
Viagens	1.797	887
Materiais de consumo	432	380
Outras	4.600	7.121
Total	761.417	634.393

21) Segmentos operacionais

De acordo com as normas contábeis internacionais, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e

Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Financeiro; e
- Outros.

O segmento Financeiro corresponde às operações bancárias em geral.

O segmento Outros é representado pelas empresas BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda., Brazilian Securities Companhia de Securitização, Brazilian Finance & Real Estate S.A., Pan Administradora de Consórcio Ltda., Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A., G.W.H.C. Serviços Online Ltda. e Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda..

	31/03/2023				31/03/2022			
	Financeiro	Outros	Eliminações	Total	Financeiro	Outros	Eliminações	Total
Receita líquida de juros	2.003.790	30.007	-	2.033.797	1.685.705	15.698	-	1.701.403
Receitas com juros e similares	3.549.495	30.139	(29.674)	3.549.960	2.633.344	15.721	(12.988)	2.636.077
Despesas com juros e similares	(1.545.705)	(132)	29.674	(1.516.163)	(947.639)	(23)	12.988	(934.674)
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes	(174.147)	992	-	(173.155)	(229.158)	1.064	-	(228.094)
Perda esperada com demais ativos financeiros	-	106	-	106	174	134	-	308
Receita líquida de perda esperada de ativos financeiros	1.829.643	31.105	-	1.860.748	1.456.721	16.896	-	1.473.617
Ganhos/(perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	(174.960)	(978)	-	(175.938)	(17.764)	(1.219)	-	(18.983)
Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado	5	-	-	5	140	-	-	140
Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	(978)	-	(978)	-	(1.219)	-	(1,219)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(174.965)	-	-	(174.965)	(17.904)	-	-	(17.904)
Receitas de tarifas e comissões	171.742	81.208	(3.178)	249.772	169.955	27.514	(1.090)	196.379
Despesas administrativas	(932.019)	(45.276)	3.178	(974.117)	(829.676)	(24.152)	1.090	(852.738)
Despesas de pessoal	(198.075)	(14.625)	-	(212.700)	(209.981)	(8.364)	-	(218.345)
Outras despesas administrativas	(733.944)	(30.651)	3.178	(761.417)	(619.695)	(15.788)	1.090	(634.393)
Depreciação e amortização	(35.614)	(1.741)	-	(37.355)	(28.864)	(974)	-	(29.838)
Despesas tributárias	(114.144)	(11.579)	-	(125.723)	(77.337)	(4.557)	-	(81.894)
Provisões (líquidas)	(58.581)	20	-	(58.561)	(58.393)	(63)	-	(58.456)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(520.405)	(18.073)	(31.261)	(569.739)	(307.389)	(4.665)	(4.950)	(317.004)
Resultado de participações em coligadas e controladas	3.978	-	-	3.978	312	-	-	312
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	960	(48)	-	912	4.450	(663)	-	3.787
Resultado antes dos impostos	170.600	34.638	(31.261)	173.977	312.015	8.117	(4.950)	315.182
Imposto de renda e contribuição social	(13.281)	(4.126)	-	(17.407)	(84.298)	(3.322)	-	(87.620)
Lucro líquido do período	157.319	30.512	(31.261)	156.570	227.717	4.795	(4.950)	227.562

	31/03/2023				31/12/2022			
	Financeiro	Outros	Eliminação	Total	Financeiro	Outros	Eliminação	Total
Total do ativo	57.382.807	1.539.369	(2.374.976)	56.547.200	56.392.198	1.533.246	(2.298.839)	55.626.605
Total do passivo	50.185.147	106.807	(958.506)	49.333.448	49.298.769	125.478	(921.735)	48.502.512

22) Saldos e transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros apuradas nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas

	Prazo Máximo	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/03/2022
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades (a)		1.097	3.450	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	-	1.097	3.450	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (b)		301.157	275.282	11.405	2.593
Banco BTG Pactual S.A.	15/12/2025	301.157	275.282	11.405	2.593
Cessão de crédito (c)		2.325	2.225	100	13
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	2.325	2.225	100	13
Outros ativos		21.317	24.064	19	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	21.291	23.121	-	-
Pan Corretora de Seguros Ltda.	Sem prazo	26	24	-	-
Pessoal Chave da Administração	Sem prazo	-	919	19	-
Depósitos à vista (d)		(438)	(399)	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(337)	(337)	-	-
Pan Corretora de Seguros Ltda.	Sem prazo	(101)	(62)	-	-
Depósitos interfinanceiros (e)		(6.129.402)	(4.435.218)	(224.464)	(68.369)
Banco BTG Pactual S.A.	26/05/2026	(6.129.402)	(4.435.218)	(224.464)	(68.369)
Depósitos a prazo (f)		(66.058)	(51.222)	(2.092)	(1.378)
Pan Corretora de Seguros Ltda.	27/03/2025	(64.050)	(49.559)	(2.051)	(1.345)
Pessoal chave da Administração	15/03/2027	(2.008)	(1.663)	(41)	(33)
Depósitos de instituições financeiras		(5.749.998)	(5.880.994)	(199.495)	(34.393)
Banco BTG Pactual S.A.	03/04/2023	(5.749.998)	(5.880.994)	(199.495)	(34.393)
Instrumentos financeiros derivativos (g)		(129.282)	(88.353)	(40.929)	(139.450)
Banco BTG Pactual S.A.	15/12/2025	(129.282)	(88.353)	(40.929)	(139.450)
Outros passivos		(196.177)	(373.276)	-	-
Banco BTG Pactual S.A. (h)	Sem prazo	(163.371)	(337.351)	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(32.333)	(35.370)	-	-
Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A.	Sem prazo	(473)	(555)	-	-
Receita de prestação de serviços		-	-	48.236	26.447
,Too Seguros S.A. (i)	-	-	-	48.236	26.447
Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A.	-	-	-	-	-
Despesas de Pessoal		-	-	(72)	(79)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(72)	(79)
Outras despesas administrativas		-	-	(15.216)	(15.837)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(912)	(1.033)
Banco BTG Pactual S.A. (j)	-	-	-	(1.045)	(983)
BTG Pactual Corretora (k)	-	-	-	(27)	(27)
Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A.	-	-	-	(1.607)	(1.011)
Tecban S.A.	-	-	-	(3.199)	(7.434)

Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(8.426)	(5.349)
Outras despesas operacionais	-	-	-	(8.907)	(211)
Banco BTG Pactual S.A. (l)	-	-	-	(8.907)	(211)
Resultado obtido na cessão de crédito	-	-	-	723.946	-
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	723.946	-

- (a) Referem-se as contas correntes das empresas Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A e Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda.;
- (b) Referem-se as aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
- (c) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;
- (d) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
- (e) Referem-se às captações por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- (f) Referem-se às captações por meio de depósitos a prazo efetuadas pelo Banco PAN;
- (g) Referem-se às operações de *swap*;
- (h) Refere-se ao JCP no montante bruto de R\$ 49.829 (31/12/2022 - R\$ 236.649) e provisão de PLA (passivo de liquidação antecipada) sobre cessões de crédito, no valor de R\$ 113.532 (31/12/2022 - R\$ 100.684);
- (i) Refere-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros e comissão paga a correspondente por intermediação de negócios;
- (j) Refere-se a despesas com aluguéis de imóveis;
- (k) Refere-se a despesas com formador de mercado;
- (l) Refere-se a despesas com cessão de crédito cedidas PLA (passivo de liquidação antecipada).

b) Remuneração dos administradores

Na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 28/03/2023, foi aprovada a proposta de Remuneração Anual Global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2023, independente do ano em que os valores forem efetivamente pagos, no montante de até R\$ 36.605, bem como a ratificação da Remuneração Anual Global dos Administradores de 2022, conforme aprovada pelo Comitê de Remuneração de 28/10/2022, *ad referendum* à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizar no dia 28/04/2023. A remuneração dos Administradores da Companhia, está apresentada na nota explicativa 24, na rubrica "honorários".

• Outras informações

Conforme disposto na legislação em vigor, o Banco PAN realiza operações de crédito para pessoas consideradas partes relacionadas, somente em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e para esses possui critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis, sem que haja benefícios adicionais ou diferenciados às operações realizadas junto aos demais clientes de mesmo perfil.

23) Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida, patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Mercado Ativo: é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento continuamente.

Nível 2: Dados observáveis, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujos valores são determinados usando um modelo de

precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3: Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Portanto, dados não observáveis refletem as premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou o passivo, incluindo premissas sobre risco.

i. Técnicas de avaliação

A tabela a seguir demonstra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros em 31/03/2023 e 31/12/2022, classificados com base nos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar o seu valor justo:

	31/03/2023			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros	95.476	228.525	3.854.388	4.178.389
Ao valor justo no resultado	59.110	-	3.854.388	3.913.498
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	36.366	228.525	-	264.891
Passivos financeiros	131.466	-	-	131.466
Ao valor justo no resultado	131.466	-	-	131.466

	31/12/2022			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros	124.449	226.982	3.605.244	3.956.675
Ao valor justo no resultado	49.081	-	3.605.244	3.654.325
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	75.368	226.982	-	302.350
Passivos financeiros	98.196	-	-	98.196
Ao valor justo no resultado	98.196	-	-	98.196

A seguir, os instrumentos financeiros que utilizam modelos internos para determinação do valor justo, cuja mensuração foi baseada em dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2) ou dados não observáveis (Nível 3):

	31/03/2023	31/12/2022	Técnicas de avaliação	Principais premissas
Ativos financeiros	4.082.913	3.832.226		
Ao valor justo no resultado	3.854.388	3.605.244		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.854.388	3.605.244	Método do valor presente líquido	Modelo interno de cálculo de fluxo futuro, descontado a valor justo utilizando dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)– B3 S.A.
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	228.525	226.982		
Certificados de Recebíveis Imobiliários	209.785	210.029	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares).
Títulos patrimoniais	18.740	16.953	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares).
Passivos financeiros	129.282	88.353		
Ao valor justo no resultado	129.282	88.353		
Contratos de <i>swap</i>	129.282	88.353	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) – B3 S.A.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são classificados no Nível 3.

A seguir apresenta-se uma comparação entre os principais valores contábeis dos ativos e passivos financeiros do Banco não mensurados a valor justo e seus respectivos valores justos no final do período:

31/03/2023					
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao custo amortizado	43.909.803	48.954.073	9.429.426	461.164	39.063.483
Títulos e valores mobiliários	9.688.716	9.429.426	9.429.426	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	463.479	461.164	-	461.164	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	33.094.618	38.400.493	-	-	38.400.493
Outros ativos financeiros	662.990	662.990	-	-	662.990
Passivos financeiros ao custo amortizado	44.305.047	45.593.905	122.253	19.237.368	26.234.284
Depósitos de clientes	18.327.205	19.237.368	-	19.237.368	-
Depósitos de instituições financeiras	14.008.142	14.244.326	-	-	14.244.326
Recursos de emissão de títulos	10.788.565	10.994.053	-	-	10.994.053
Outros passivos financeiros	1.181.135	1.118.158	122.253	-	995.905

31/12/2022					
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao custo amortizado	42.700.210	46.810.465	8.558.778	277.432	37.974.255
Títulos e valores mobiliários	8.816.055	8.558.778	8.558.778	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	279.448	277.432	-	277.432	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	32.964.606	37.334.154	-	-	37.334.154
Outros ativos financeiros	640.101	640.101	-	-	640.101
Passivos financeiros ao custo amortizado	42.599.865	43.802.404	132.288	20.212.595	23.457.521
Depósitos de clientes	19.376.341	20.212.595	-	20.212.595	-
Depósitos de instituições financeiras	11.367.258	11.540.065	-	-	11.540.065
Recursos de emissão de títulos	10.618.218	10.841.545	-	-	10.841.545
Outros passivos financeiros	1.238.048	1.208.199	132.288	-	1.075.911

Os métodos e premissas utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas a seguir:

- As operações de empréstimos e adiantamentos a clientes referem-se, basicamente, às operações com taxas pré-fixadas cujo valor justo foi calculado com base nas taxas de juros praticadas pelo Banco nas respectivas datas-bases. As operações de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras representam as operações compromissadas de curto prazo e os certificados de depósitos interfinanceiros indexados principalmente a taxas pós-fixadas e os seus valores contábeis se aproximam ao valor justo das operações. Os instrumentos de dívidas mensurados ao custo amortizado incluem títulos públicos. Seus valores justos foram calculados pelas respectivas PU Anbima e pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro B3 S.A., respectivamente.
- Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado referem-se, basicamente, às operações de depósitos e captações atreladas às taxas pós-fixadas ou indexadores, tais como: CDI, IGPM, IPCA e INPC.
- Para as operações de captação por meio de depósitos com taxas prefixadas e as captações no Exterior em moeda estrangeira, o valor justo foi calculado pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro (B3 S.A.).

24) Gestão de Risco Operacional e Riscos Financeiros

24.1) Introdução e visão geral

Os principais riscos aos quais o Banco está exposto, e que são provenientes de suas atividades, são apresentados a seguir:

- Risco de Crédito;
- Risco de Liquidez;
- Risco de Mercado; e
- Risco Operacional.

24.2) Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração representa a maior instância na estrutura de gestão do Banco, sendo subordinados a ele o Diretor Presidente e a estrutura de Auditoria. As diretorias, segmentadas por tipo de atividade e negócio, estão ligadas diretamente ao Diretor Presidente. Entre essas, está a Diretoria de Controladoria e Compliance, que possui a atribuição de definir as metodologias e métricas de risco, assim como o monitoramento e reporte de todos os riscos financeiros e não financeiros aos quais a atividade bancária está sujeita.

A unidade responsável pelo gerenciamento, monitoramento e controle do risco de crédito é a Gerência Executiva de Risco de Crédito. A unidade responsável pelo gerenciamento, monitoramento e controle dos riscos de mercado, liquidez, capital e risco operacional é a Gerência de Riscos e Controles Internos.

O Banco adota as seguintes definições no gerenciamento de riscos:

- **Risco de Crédito:** é o risco associado: (i) ao não cumprimento, pelo tomador, garantidor ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; (ii) à desvalorização de contrato de crédito ou instrumento financeiro devido à deterioração de risco do tomador ou emissor; (iii) à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. No tratamento do risco de crédito, o risco de concentração a tomadores, garantidores, contrapartes, emissores e setores econômicos deve ser levado em consideração.
- **Risco de Liquidez:** é o risco associado à possibilidade do Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
- **Risco de Mercado:** é o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do Banco, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Inclui-se nesta definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos, ou, ainda, a necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.
- **Risco Operacional:** é o risco devido à ocorrência de eventos resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou ainda de eventos externos relacionados que impactem o alcance dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais do Banco. Essa definição inclui o risco legal, que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

A Instituição classifica os eventos de Risco Operacional nas seguintes categorias:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- Interrupção das atividades da Instituição; e
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação.

24.2.1) Risco de Crédito

Na estrutura do Banco PAN, tanto na concessão de crédito como no gerenciamento dos riscos de crédito e na cobrança e recuperação de ativos, a carteira é dividida nos segmentos empresas, varejo e crédito imobiliário, sendo o primeiro composto por empréstimos e financiamentos a pessoas jurídicas e os demais a pessoas físicas (Crédito Direto ao Consumidor - CDC, Leasing, Crédito Pessoal, Cartões de Crédito, Consignado e Crédito Imobiliário).

a) Políticas e estratégias da gestão de risco de crédito

A unidade de gerenciamento de risco de crédito tem como objetivos:

- Monitorar a concentração de exposição por contrapartes, área geográfica e setor de atividade;
- Identificar, mensurar, monitorar e reportar o risco de crédito das carteiras, bem como acompanhar o volume de provisionamento regulatório e gerencial;
- Propor, acompanhar e reportar os limites de exposição aos riscos de crédito de carteira;
- Disseminar junto às unidades, principalmente as de negócio e produto, as melhores práticas relacionadas ao gerenciamento do risco de crédito de carteira; e
- Monitorar, reportar e propor ações de mitigação, visando manter a exposição a risco de crédito de carteira alinhada à estratégia de negócios definida pela alta Administração.

A Auditoria Interna realiza auditorias regulares nas unidades de negócios e nos processos de crédito do Grupo.

b) Ciclo de Crédito

O Banco tem como premissa básica para a concessão de crédito, a análise da capacidade de caixa e capacidade de acesso às linhas de crédito da empresa ou a capacidade de pagamento da pessoa física.

Em todos os casos, as garantias das operações são observadas como acessórias e, portanto, não sendo o principal motivo para concessão de crédito. O nível de garantias exigidas está relacionado ao risco do cliente e da operação. O processo de concessão de crédito está estruturado da seguinte forma para cada um dos principais segmentos de atuação, empresas, varejo e crédito imobiliário:

i. Empresas

A classificação do rating do cliente é realizada no momento da avaliação de crédito. O modelo de classificação leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente, visitas técnicas e pesquisas no mercado, com clientes, fornecedores e concorrentes. Quando é caracterizado grupo econômico, é definida uma classificação para o grupo consolidado. A partir do rating do cliente é definido um rating da

operação, que leva em consideração as garantias envolvidas. Desde 2017, a carteira de empresas foi descontinuada (*run-off*).

ii. Varejo

Nas operações de varejo, o processo de concessão de crédito é suportado pelas informações cadastrais de cada cliente capturadas nos pontos de venda, pelos dados de *bureaus* de crédito, pela avaliação dos analistas de crédito e modelos de *scoring* automatizados, bem como pelo cumprimento das exigências internas definidas pela Diretoria e externas, pelo BACEN.

iii. Crédito Imobiliário

São realizados controles e acompanhamentos dos respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores. Desde 2017, a carteira de crédito imobiliário foi descontinuada (*run-off*).

c) Gerenciamento de Risco de Crédito

Após a contratação da operação, é necessário realizar o gerenciamento de risco de crédito das carteiras de produtos, segmentos e de cada empresa do Conglomerado PAN, visando analisar o comportamento de pagamento das operações.

d) Exposição ao Risco de Crédito

Na tabela a seguir tem-se o resumo da exposição máxima ao risco de crédito nas carteiras próprias e cedida com coobrigação para 31/03/2023 e 31/12/2022. A exposição máxima atingiu R\$ 57,4 bilhões, sendo R\$ 5,6 bilhões deste montante de limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas (R\$ 55,7 bilhões, sendo R\$ 5,3 bilhões deste montante de limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas em 31/12/2022).

i. Exposição máxima ao risco de crédito

	31/03/2023		31/12/2022	
	Total	Perda esperada	Total	Perda esperada
Empréstimos e adiantamentos a clientes	40.729.379	3.701.427	40.345.205	3.678.541
Itens não registrados no balanço patrimonial (1)	5.591.401	78.946	5.324.832	96.814
Títulos e valores mobiliários	9.984.202	-	9.149.836	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	463.479	-	279.448	-
Valores a receber por cessão de créditos	642.991	-	619.005	-
Instrumentos financeiros derivativos	9.775	-	697	-
Benefício residual em operações securitizadas	4.513	-	4.561	-
Recebíveis imobiliários	15.481	-	16.436	-
Exposição máxima ao risco de crédito	57.441.221	3.780.373	55.740.020	3.775.355

(1) Referem-se a limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas, para os quais foram constituídas provisões para perdas.

Títulos e valores mobiliários são representados, substancialmente, por 97,8% em títulos do governo brasileiro dos quais não apresentam risco de crédito, conforme definição do BACEN.

Na tabela a seguir é apresentada a distribuição dos ativos de acordo com a classificação de vencimento e ocorrência de perdas de crédito esperadas.

Carteira de Crédito	31/03/2023	31/12/2022
Não vencidos nem sujeitos a perdas de crédito esperadas	31.161.486	31.075.881
Vencidos, mas não sujeitos a perdas de crédito esperadas	5.634.582	5.384.796
Sujeitos a perdas de crédito esperadas	3.933.311	3.884.528
Total de empréstimos e adiantamento a clientes	40.729.379	40.345.205
Provisão para perda de crédito esperada (2)	(3.780.373)	(3.775.355)
Valor líquido (Nota 7.a)	36.949.006	36.569.850

(2) Contempla provisão para perdas de itens em exposição não registrados no Balanço Patrimonial no montante de R\$ (78.946) em 31/03/2023 e R\$ (96.814) em 31/12/2022.

A concentração de risco dos maiores devedores segue na tabela a seguir:

Maiores devedores	31/03/2023		31/12/2022	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	669.178	1,64	698.207	1,73
50 seguintes maiores devedores	576.298	1,41	581.780	1,44
100 seguintes maiores devedores	231.775	0,57	236.895	0,59
Demais devedores	39.252.128	96,38	38.828.323	96,24
Total	40.729.379	100,00	40.345.205	100,00

Da carteira de crédito total do varejo, os empréstimos cobertos por garantias são: veículos leves, veículos pesados e motos.

As operações de crédito com prazos renegociados correspondem às transações reestruturadas em razão da deterioração da posição financeira dos tomadores. Uma vez que a operação é reestruturada, esta continua nesta categoria independentemente de ter desempenho satisfatório após a reestruturação.

A carteira de operações de crédito com prazos renegociados atingiu R\$ 569.604 (R\$ 455.159 em 31/12/2022). Os produtos contemplados na carteira de renegociação são os financiamentos de veículos leves, motos e pesados.

ii. A tabela a seguir apresenta os ativos vencidos mas não sujeitos a perda ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso

Atraso (em dias)	31/03/2023		31/12/2022	
	Saldo	%	Saldo	%
1 a 30	3.409.395	60,51	3.267.160	60,67
31 a 60	1.380.445	24,50	1.294.176	24,03
61 a 90	844.742	14,99	823.460	15,30
Total	5.634.582	100,00	5.384.796	100,00

iii. A tabela a seguir apresenta os ativos sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso

Atraso (em dias)	31/03/2023		31/12/2022	
	Saldo	%	Valor	%
A vencer	8.670	0,22	1.981	0,05
Vencidos acima de 90 dias	3.924.641	99,78	3.882.547	99,95
Total	3.933.311	100,00	3.884.528	100,00

24.2.2) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco associado à possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

i. Gerenciamento ao risco de liquidez

As principais atribuições da unidade responsável pelo controle de risco de liquidez são destacadas a seguir:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de liquidez e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de liquidez em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações; e
- Identificar previamente o risco de liquidez inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado.

A unidade responsável pelo Controle de Risco de Liquidez gera e analisa, diariamente, um conjunto de informações e relatórios sobre as exposições e fluxos de caixa do Banco, incluindo aqueles relacionados à análise de descasamento dos ativos e passivos em moeda, prazo e taxa, e ao controle de limites aprovados e aqueles com as projeções de fluxos de caixa em cenários de normalidade e estresse em um horizonte de 90 dias, que são reportados para a mesa de operações e para a Diretoria.

A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez possui por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades relativas ao gerenciamento do risco de liquidez em consonância ao plano estratégico e às melhores práticas de governança corporativa, visando resguardar a solvência do Conglomerado, manter a exposição a este risco em níveis adequados e dentro dos limites aprovados, e cumprir com os requerimentos regulatórios.

ii. Exposição ao risco de liquidez

Os valores projetados e prazos contratuais remanescentes de passivos financeiros são:

31/03/2023 – Valor Futuro								
Sem vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Depósitos de clientes (*)	-	2.263.153	2.041.465	1.413.509	1.801.864	4.111.145	10.585.993	22.217.129
Depósitos de instituições financeiras	-	558.565	978.314	67.415	201.076	1.199.665	13.762.977	16.768.012
Total de depósitos	-	2.821.718	3.019.779	1.480.924	2.002.940	5.310.810	24.348.970	38.985.141
Cessão de crédito com coobrigações	-	12.462	12.202	12.098	33.954	58.947	69.701	199.364
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	-	-	21.913	21.913
Empréstimos no Exterior	-	-	-	28.676	-	409.382	409.808	847.866
Instrumentos financeiros derivativos (a pagar)	-	-	-	36.807	-	84.425	91.755	212.987
Recursos de emissão de títulos	-	185.177	222.724	10.943	867.262	1.498.644	3.705.403	6.490.153
Total	-	3.019.357	3.254.705	1.569.448	2.904.156	7.362.208	28.647.550	46.757.424

31/12/2022 – Valor Futuro								
Sem vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Depósitos de clientes (*)	-	1.121.315	1.691.476	2.593.406	3.093.135	5.550.473	11.501.821	25.551.626
Depósitos de instituições financeiras	-	34.601	201.219	1.629.677	248.259	1.017.390	8.892.022	12.023.168
Total de depósitos	-	1.155.916	1.892.695	4.223.083	3.341.394	6.567.863	20.393.843	37.574.794
Cessão de crédito com coobrigações	-	14.864	15.668	15.394	43.032	72.767	132.965	294.690
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	-	-	21.022	21.022
Empréstimos no Exterior	-	-	-	20.653	-	28.332	864.088	913.073
Instrumentos financeiros derivativos (a pagar)	-	-	-	45.440	-	36.633	121.414	203.487
Recursos de emissão de títulos	-	445.531	109.988	336.654	312.604	1.265.364	4.024.580	6.494.721
Total	-	1.616.311	2.018.351	4.641.224	3.697.030	7.970.959	25.557.912	45.501.787

(*) os depósitos de clientes referem-se, basicamente, a operações de depósitos a prazo com datas de vencimento determinadas, porém podem ser resgatados antes dos prazos contratuais.

A tabela anterior apresentou os fluxos de caixa futuros referentes aos passivos financeiros, por prazo de vencimento, incluindo os valores a pagar estimados com operações de instrumentos financeiros derivativos.

Os fluxos de caixa pós-fixados são estimados com base nas projeções de indexadores embutidas nas taxas de mercado em 31/03/2023 e 31/12/2022.

Com relação ao valor presente dos fluxos de vencimentos dos valores a pagar passivos financeiros, vide as respectivas notas explicativas desses passivos.

24.2.3) Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do Banco, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial; dos preços de ações; e dos preços de mercadorias (*commodities*). Inclui-se nesta definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos, ou, ainda, a necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.

i. Gerenciamento do risco de mercado

A instância maior de gestão de riscos no Grupo PAN é o Conselho de Administração a quem subordina-se o diretor presidente e toda a diretoria. As Diretorias Financeira e de Relações com Investidores e a Diretoria de Controladoria e Compliance são as áreas envolvidas no gerenciamento de riscos financeiros. O Comitê de Ativos e Passivos tem como atribuições, entre outras, a análise de conjuntura econômica, estabelecer e acompanhar limites operacionais, níveis mínimos de caixa, controle de exposições e gestão de descasamentos entre ativos e passivos.

A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado define os princípios, os valores e as responsabilidades na gestão desse risco. Além disso, cabe a área de risco revisar e propor periodicamente as políticas e processos de riscos, visando ao contínuo melhoramento.

As principais atribuições da unidade responsável pelo controle de risco de mercado são destacadas a seguir:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de mercado das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de mercado e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de mercado em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações; e
- Identificar previamente o risco de mercado inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Banco.

A identificação, mensuração, avaliação e controle dos riscos são realizados com base nas seguintes métricas:

- **Valor em Risco (“VaR” – Value at Risk):** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado é de 95% ou 99% de confiança para diferentes horizontes de tempo;

- **Perdas em cenários de estresse:** são as perdas teóricas calculadas depois da aplicação de choques nas curvas em cenários de estresse de mercado das posições atuais. Adicionalmente, são realizados os cálculos de estresse de taxa de juros para operações do *banking book*, conforme determinado pela Circular BACEN 3.876/18;
- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais;
- **Análise de sensibilidade (gregas):** sensibilidade dos preços das opções em relação aos preços dos ativos-objetos, volatilidades, taxas de juros e tempo;
- **Análise dos descasamentos** dos fluxos em moedas, prazos e taxas de juros; e
- **Acompanhamento da efetividade dos derivativos financeiros** utilizados na mitigação de risco de mercado (operações com o objetivo de *hedge* de exposições em moeda estrangeira, por exemplo).

A unidade responsável pelo controle de risco de mercado utiliza uma composição de métricas para a mensuração diária da exposição ao risco de taxa de juros da carteira *banking*, que, quando avaliadas em conjunto, tornam possível à Instituição ter uma visão mais clara e abrangente sobre os riscos de mercado incorridos. São exemplos de métricas:

- **VaR paramétrico:** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado para a mensuração da RBAN é de 95% ou 99% de confiança;
- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais; e
- **GAP ANALYSIS:** a análise de *gaps* é uma ferramenta importante na identificação das diferenças entre os valores tomados ou aplicados das posições da Instituição Financeira. Por meio de sua análise, é possível identificar as operações ou produtos que apresentem os maiores riscos de mercado, ou as diferenças de prazo, que geram risco de inclinação das curvas.

ii. Classificação das operações

De acordo com a Resolução BCB nº 111/21, o Banco deve adotar critérios mínimos na especificação da identificação das operações incluídas na carteira de negociação. A área de Controle de Risco de Mercado monitora o cumprimento dos critérios estabelecidos na Política de Classificação das Operações assumidas pelo Banco nas carteiras:

- **Trading Book (carteira de negociação):**

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas a limitações internas da sua negociabilidade

- **Banking Book (carteira de operações não classificadas na carteira de negociação):**

A carteira de não negociação é composta, de forma geral, pelas operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, não classificados na carteira de negociação, inclusive aqueles destinados a *hedge* de outros elementos desta carteira.

iii. Exposição aos riscos de mercado – carteiras mantidas para negociação

A principal ferramenta usada para medir e controlar a exposição aos riscos de mercado dentro das carteiras mantidas para negociação é o indicador de Valor em Risco (VaR). O VaR de uma carteira mantida para negociação é a perda máxima estimada que pode ocorrer dentro de um período específico de tempo (período de manutenção) e com uma dada probabilidade de ocorrência (nível de confiança).

iv. Exposição aos riscos de taxa de juros – carteira de operações não classificadas na carteira de negociação

A mensuração, monitoramento e controle do risco de taxa de juros da carteira *banking* são realizados por meio de uma composição de métricas que são avaliadas em conjunto, dentre elas o VaR paramétrico, a análise de sensibilidade a movimentos das curvas de mercado, a avaliação dos descasamentos de ativos e passivos, dentre outros.

A partir de janeiro de 2020 a mensuração da parcela de capital referente ao risco de taxa de juros do *Banking Book* é realizada pela metodologia de valor econômico Delta EVE conforme disposto na Circular 3.876/18.

Outra ferramenta de gestão do risco de taxa de juros é a análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Banco a diversos cenários de curvas de taxas de juros. Tal análise mensura os impactos da carteira total do Banco (*trading* e *banking*) decorrente de variações nas taxas de juros e no câmbio. São apresentados a seguir os resultados da análise de sensibilidade, com a descrição dos cenários utilizados.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano. torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano. torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS(*)		
		(1)Provável	(2)Possível	(3)Remoto
Taxas de juros	Taxas de juros prefixadas	(30)	(11.017)	(23.916)
Cupom outras taxas de juros	Taxas de cupom de taxas de juros	(15)	(3.616)	(6.536)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índice de preços	(13)	(4.297)	(7.320)
Moeda Estrangeira	Taxa de Câmbio	-	(17)	(35)
Cupom cambial	Taxas de cupom cambial	-	(641)	(1.283)
Total em 31/03/2023		(58)	(19.588)	(39.090)
Total em 31/12/2022		(127)	(46.183)	(93.228)

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pelo Banco com o objetivo de realizar o gerenciamento dos riscos de mercado decorrentes das exposições em moedas, taxas de juros, além dos prazos de vencimentos das exposições.

	Notional		Valor de Mercado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Posição Comprada - Dólar				
<i>Swap</i>	(858.015)	(858.015)	(791.153)	(803.059)
Total	(858.015)	(858.015)	(791.153)	(803.059)
Posição Vendida - Dólar				
DOL	(2.549)	(2.662)	(2.549)	(2.662)
Total	(2.549)	(2.662)	(2.549)	(2.662)

24.2.4) Risco operacional

Visando o aperfeiçoamento e a adequada estrutura para o gerenciamento do risco operacional, o Banco empenha contínuos esforços e investimentos para, em conformidade com as leis, resoluções e normas internas e externas, implementar ações que permitam a efetividade do gerenciamento de riscos, o qual é realizado considerando o nível de complexidade dos seus negócios, produtos, processos e sistemas.

i. Processo de gerenciamento do risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional é composto das seguintes etapas: identificação, avaliação, mensuração, resposta, monitoramento, controle e reporte dos riscos, nesse processo são considerados também os respectivos controles.

Devido à sua natureza complexa, o risco operacional, possui características subjetivas e objetivas, que implicam na utilização de metodologias qualitativas para identificar e avaliar os riscos, bem como metodologias quantitativas, como por exemplo, a base de dados de perdas e indicadores de riscos, performance e controle, para garantir que o gerenciamento do risco operacional seja efetivo e agregue valor à Instituição.

ii. Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional

A estrutura para o gerenciamento do risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado, e está baseada nas três linhas de defesa, sendo todas as áreas de negócio / suporte, as primeiras responsáveis pela gestão e controle dos riscos relativos aos processos, sistemas, e produtos sob sua responsabilidade; a área de Controladoria e Compliance e a área Jurídica atuam como uma segunda linha de defesa, suportando as áreas de negócio / suporte nos aspectos técnicos e metodológicos ao mesmo tempo que monitoram e controlam os principais riscos e, por fim, a Auditoria Interna, que realiza um terceiro nível de controle por meio da avaliação da estrutura de processos, sistemas e controles em vigor.

As áreas e os órgãos colegiados, que formam a estrutura de gerenciamento de risco operacional e legal do Conglomerado, atuam conforme a governança corporativa estabelecida, bem como definições nos regimentos internos dos comitês de assessoramento à Diretoria. Em particular, no que tange ao gerenciamento do risco operacional, temos as responsabilidades descritas a seguir:

- Definir e disseminar os conceitos de risco operacional;
- Elaborar, sugerir e submeter ao Comitê responsável, as políticas, normas e limites operacionais associados à exposição ao risco operacional;
- Elaborar, sugerir e submeter ao Comitê responsável, as metodologias relacionadas ao gerenciamento de riscos operacionais e controles;

- Monitorar e controlar a exposição ao risco operacional, abrangendo todas as fontes relevantes de riscos e gerando relatórios tempestivos para a Diretoria; e
- Suportar a identificação, prévia, do risco operacional inerente às novas atividades e produtos e alterações relevantes, e se estes se adequam aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado PAN.

iii. Gerenciamento de Capital

O Banco PAN considera a gestão de capital como um dos pilares estratégicos, que é executada de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos e das estratégias da Instituição e sempre observando os limites de capital estabelecidos na regulamentação em vigor.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderente às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia consolidadas na regulamentação baixada pelo CMN e pelo BACEN, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. Nessa gestão é contemplada a alocação de recursos de capital para fazer face à expansão dos negócios do Banco, inclusive para os investimentos necessários, de acordo com as estratégias em implementação.

A partir da data base 30/06/2021, o Banco BTG Pactual passou a exercer, de forma individual, o controle do Banco PAN e, conseqüentemente, passou a fazer parte do grupo de empresas que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro do BTG Pactual, o qual reporta de maneira consolidada, ao BACEN, os indicadores de Capital.

A partir de então, o Banco PAN optou por realizar e divulgar os cálculos dos Limites Operacionais apenas de forma "gerencial" (Pró-Forma), ficando demonstrado atendimento individual aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/21 e nº 4.958/21. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

Demonstra-se a seguir o cálculo dos indicadores de Capital:

Base de Cálculo – Índice de Basileia *	31/03/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência nível I	5.339.488	5.170.802
Capital Principal	5.339.488	5.170.802
Patrimônio de referência nível II	9.190	8.789
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	5.348.678	5.179.591
Patrimônio de referência	5.348.678	5.179.591
- Risco de crédito	29.809.549	28.982.927
- Risco de mercado	209	367
- Risco operacional	4.088.480	4.242.955
Ativo ponderado pelo risco – RWA	33.898.237	33.226.249
Índice de Basileia	15,78%	15,59%
Nível I	15,75%	15,56%
Nível II	0,03%	0,03%

*Pró-forma

Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos e de capital podem ser consultados no site www.btgpactual.com.br/ri na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Risco.

São Paulo, 25 de abril de 2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Roberto Balls Sallouti

Conselheiros

André Santos Esteves

André Fernandes Lopes Dias

Sérgio Cutolo dos Santos

Alexandre Camara e Silva

Fábio de Barros Pinheiro

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

Guilherme Goulart Pacheco

Maíra Habimorad

DIRETORIA

Diretor Presidente

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

Diretores

Alex Sander Moreira Gonçalves

Camila Corá Reis Pinto Piccini

Dermeval Bicalho Carvalho

Diogo Ciuffo da Silva

Leandro Marçal Araujo

Leonardo Ricci Scutti

COMITÊ DE AUDITORIA

Fábio de Barros Pinheiro

Pedro Paulo Longuini

Sidnei Corrêa Marques

CONTADOR

Rodney Fabiano Fernandes

CRC 1SP270936/O-7